

O Congresso, a moda da Constituinte e o 'rombo'

Nos últimos anos, com o regime fechado, o Congresso perdeu cada vez mais seus poderes, escapando-lhe das mãos o controle e a capacidade de fiscalizar atos e estatísticas do Executivo. Uma das principais propostas de mudança, dentro do processo que levou à Nova República, pretendia exatamente corrigir essa aberração. Hoje, o noticiário dos jornais está cheio de promessas sobre medidas que permitam ao Legislativo fiscalizar a máquina governamental, as estatais, a Previdência etc. Mas, quase sempre, essas promessas vêm acompanhadas da observação de que os projetos nesse sentido deverão ser discutidos pela Constituinte, que passa a ser, assim, não um fator de aceleração na solução de problemas do País, mas um novo modismo, a entravar todo o processo (há debates sobre o menor e a Constituinte, a mulher e a Constituinte, o transporte e a Constituinte e todos os demais temas menos votados). Ora, desse jeito, mudanças que poderiam ocorrer imediatamente acabam sendo eternamente adiadas, com imensa perda de tempo para o País e seu povo. No caso dos problemas da área econômica, esperar por um ano e meio ou dois para promover mudanças — “através da Constituinte” — será um imenso desastre, pois esses 18 a 24 meses de erros de política econômica poderão agravar em escala geométrica distorções e problemas sociais no País.

Já que o “Partido das mudanças” está no poder, não há motivos para que novas relações entre Executivo e Legislativo (vale dizer, e opinião pública) não sejam imediatamente adotadas, levando-se em conta que todos os atuais governantes costumavam defendê-las, quando estavam na oposição. Veja-se o que está ocorrendo em relação à política monetária, às emissões de dinheiro, à expansão da dívida pública interna — ao próprio combate à inflação, em resumo. Há uma semana, nesta coluna, chamava-se a atenção para o novo “estouro” nas emissões que ocorreram em março, questionando-se as explicações oficiais de que elas eram uma decorrência positiva do “pacote”. Segundo Brasília, o Governo emitiu em março porque as pessoas quiseram ficar com mais dinheiro, “por confiarem no cruzado”. A explicação não poderia convencer a ninguém, já que a imensa expansão nos depósitos bancários deixou rios de dinheiro nas mãos do sistema financeiro, para empréstimos às empresas, eliminando a necessidade de emissões, portanto, para atender às atividades econômicas. Apontou-se, na mesma ocasião, que a opinião pública precisava de dados claros, completos, sobre a dança do dinheiro no País — pois não era justo que setores da sociedade, como os assalariados,

pagassem um preço pelo combate à inflação, dentro do “pacote”, e não houvesse, em contrapartida, corte nos privilégios em outras áreas, criando-se riscos de volta à inflação.

Essa cobrança, feita nesta coluna, é reforçada, agora, pela revelação, partida de um assessor especial do Ministério da Fazenda, segundo a qual o Tesouro voltou a sofrer um déficit em março — isto é, o celebre “rombo” do Tesouro está de volta. Reeditando explicações que eram bastante usuais nos tempos da Velha República, o mesmo assessor afirma que a receita do Governo Federal caiu devido à desorganização da economia provocada pelo “pacote”: a interrupção nas vendas da indústria ao comércio, disse ele, provocou queda na arrecadação do IPI — Imposto Sobre Produtos Industrializados. Positivamente, voltamos à era das explicações que nada têm a ver com a realidade. Na média, o IPI é recolhido, pelas empresas, 45 dias após a realização de suas vendas, quer dizer: o IPI pago em março corresponde às vendas realizadas em janeiro e fevereiro, antes do “pacote”, portanto, e que foram estrondosas. A arrecadação deveria ter subido, e não caído.

Outra explicação inaceitável do mesmo assessor ministerial, também típica da Velha República: a volta do “rombo” do Tesouro não vai provocar o aumento da dívida interna do Governo, através da venda de títulos (LTNs e OTNs). “Nós apenas devolvemos ao mercado” — disse, candidamente, o assessor — “os títulos que tínhamos recolhido em janeiro e fevereiro”. Ora, em bom português, isto significa que em janeiro e fevereiro o Governo havia conseguido, graças a superávits do Tesouro, recomprar títulos e reduzir conseqüentemente sua dívida. Mas, em março, o Governo voltou a aumentar sua dívida, através de nova venda de títulos. O resto é tentar manipular a opinião pública e o Congresso. Quem tem memória certamente ainda não se esqueceu das freqüentes declarações do Ministro da Fazenda, Dilson Funaro, e ainda há poucas semanas, segundo as quais até junho, ou mesmo até julho, o Governo não precisaria emitir títulos, continuaria reduzindo sua dívida, graças ao superávit do Tesouro.

Os “pais” do tratamento de choque vivem dizendo que a volta às emissões “não preocupa”, porque elas não se destinariam a cobrir “rombos” do Tesouro, e portanto não seriam inflacionárias. Como continuar a acreditar nele, se agora são novamente desmentidos pela realidade?

A opinião pública merece dados precisos, demonstrações claras, da evolução de todos os componentes da política monetária e de combate à inflação.